

Nas mãos do PMDB, o mandato

O PMDB, maior partido do País, realiza hoje a sua oitava convenção nacional e terá de tomar uma decisão: se apoia ou não o presidente da República. Sarney quer que os 728 delegados — com direito a 889 votos — não discutam o regime de governo, se parlamentarista ou presidencialista, e a duração do mandato presidencial, deixando essas duas questões para a Constituinte. Os governadores estavam tentando, até a última hora, convencer as bancadas estaduais a apoiar o presidente Sarney. Em último caso, eles desejam que a convenção, se colocar os temas em pauta, aprove um mandato de cinco anos para o presidente.

A convenção será instalada pelo multipresidente Ulysses Guimarães, às 9 horas, no auditório Petrônio Portela, no Senado. O ministro da Cultura, Celso Furtado, fará uma exposição sobre a conjuntura econômica e a apresentação do documento preparado pelos economistas do partido. No mesmo horário começará o credenciamento dos convencionais — senadores, deputados federais e delegados dos estados. À tarde, a partir das 14 horas, haverá a exposição dos temas considerados polêmicos na Constituinte, como a reforma agrária, a ordem econômica e social. Mas o ponto alto da convenção será amanhã, quando os convencionais começarão a decidir se vão votar ou não a duração do mandato de Sarney.



Auditório Petrônio Portela, no Senado, pronto para receber os 728 convencionais do PMDB

Partido ainda não deixou o palanque

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A convenção nacional do PMDB que começa hoje é a oitava do partido e a segunda que se reúne extraordinariamente nos seus quase oito anos de existência. A primeira extraordinária, em 1984, decidiu sobre a composição da chapa Tancredo Neves e José Sarney para disputar a eleição presidencial no Colégio Eleitoral. Coincidentemente, a questão presidencial estará novamente em jogo quando os delegados peemedebistas comparecerem hoje ao auditório Petrônio Portela, do Senado, a partir das 9 horas. Embora sejam grandes as possibilidades do adiamento da deliberação para a reta final dos trabalhos da Constituinte, a convenção é importante porque define a ação e os rumos políticos do partido.

Somados os anos de sobrevivência do MDB — registrado como organização provisória no dia 24 de março de 66 — à interrupção da dissolução dos partidos em 1979, e à criação do PMDB no dia 15 de janeiro de 80, a agremiação política tem mais de 20 anos de existência. Como MDB, nasceu com o destino de oposição nominal à ditadura militar, transformando-se num estuário de todas as correntes de resistência ao regime militar. Nessa linha de atuação, foi recolhendo ao longo dos anos a adesão das maiorias assalariadas e trabalhadoras, que foram impondo compromissos ao partido e inspiração para propostas de mudança, a maioria das quais funcionaram apenas como emblema, pois o partido jamais chegou ao poder.

Mas enquanto existiu, contestou o regime, criticou o famoso "milagre" brasileiro da década de 70, bateu-se pelo fim dos atos institucionais, da tortura, da censura e da política econômica que esmagava a classe trabalhadora. Lançou o seu antecandidato à Presidência da República, o deputado Ulysses Guimarães, numa chapa com o jornalista Barbosa Lima Sobrinho.

O resultado desta mobilização nacional foi colhido no ano seguinte, em 74, quando o partido conseguiu eleger 16 senadores e uma bancada expressiva na Câmara. Dissolvido em 79, pelo então presidente João Figueiredo, lutou pela sigla e acrescentou o P de partido, transformando-se no PMDB em 80, com o desafio de ser uma alternativa de poder.

O PMDB chegou ao poder com a chapa Tancredo Neves/José Sarney. Apesar de seus 20 anos de oposição ao regime, revelou-se despreparado para o seu exercício, deixou-se minar pelo fisiologismo, esqueceu compromissos programáticos e cindiu-se internamente, num processo que levou à atual convenção.

Pontos em comum com a Fazenda

O documento econômico do PMDB, elaborado sob a coordenação do ministro Celso Furtado, da Cultura, não significa que o partido não apoie o Plano Bresser, segundo fez questão de destacar, ontem, o deputado Ulysses Guimarães, ainda no exercício da Presidência da República. O presidente do PMDB afirmou que os pontos contidos no documento do partido estão de acordo com o conteúdo do plano do Ministério da Fazenda.

Ulysses Guimarães disse, também, que havia conversado com o deputado Maurício Fruet (PMDB-PA) — um dos responsáveis por um outro documento sobre a economia do País, surgido no PMDB —, e que ambos concluíram que há pontos comuns nos dois documentos, que poderiam ser incorporados à proposta de Celso Furtado. Segundo ele, Fruet ficou de conversar sobre o assunto com o ministro.

O desfecho da convenção é imprevisível

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

É imprevisível o desfecho da oitava convenção nacional do PMDB que se inicia hoje. As opiniões sobre o que poderá decidir os convencionais em relação à duração do mandato presidencial e sobre a forma de governo variam e são contraditórias. Parcela expressiva de peemedebistas descarta a possibilidade de deliberação sobre as duas questões, certa de que a tarefa será atribuída à Constituinte. Outros porém, como o líder na Assembléia, senador Mário Covas, e o deputado Maurício Fruet, autor do requerimento de convocação da convenção através das bases partidárias e contra a vontade dos seus dirigentes, lutam pela definição. E o número de avaliações sobre seus resultados se multiplica quando o assunto é o tempo de permanência de José Sarney no poder.

Se a convenção peemedebista vai fixar um mandato presidencial de quatro ou de cinco anos, ou ainda ignorar a questão que motivou a sua convocação, ninguém sabe, mas seus preparativos não indicam a possibilidade de tumultos. A partir das 9 horas, a Secretaria-Geral do partido estará credenciando os convencionais. **Credenciamento no auditório Petrônio Portela, no Senado, foram dados os primeiros retoques para recebê-los, mas nada especial. Algumas faixas, duas mesas com 20 urnas para votação e poucos funcionários do partido com pastas contendo o programa do evento e documentos partidários, além dos crachás de identificação, resumem o esquema de atendimento aos convencionais.**

O partido não contratou nenhuma empresa para organizá-la, nem pagará o transporte, a alimentação ou hospedagem dos convencionais, que vão custear suas próprias despesas. Nesses casos, pelo menos no PMDB, são os deputados e senadores que fornecem passagens, ônibus, alojam em suas residências os peemedebistas, que na maioria das vezes são cabos eleitorais importantes. Além do material de escritório, como pastas, papéis, canetas, crachás, editais de convocações, ofícios, progra-

mas e outros documentos com instruções sobre o funcionamento dos trabalhos, o PMDB gastará muito pouco. Pagará, por exemplo, uma refeiçãõ diária para os funcionários que trabalharão na convenção durante dois dias, e exatos Cz\$ 1.340,00 pelo aluguel de um balcão de recepção e o serviço de som do aeroporto de Brasília, que, desde o primeiro vôo que chega hoje até o último que pousará na capital federal amanhã, solicita aos convencionais que se dirijam ao box do partido.

Um antigo funcionário do PMDB, Victor Hugo, é o encarregado da organização no aeroporto e, além de distribuir aos convencionais uma lista dos principais hotéis da cidade e seus preços, acomoda-os em camionetes da Câmara para transportá-los até onde ficarão hospedados. Os motoristas obedecem rígido mapa de controle, com ordens expressas para não se afastar desse percurso. Se quiserem fazer turismo, os convencionais terão de usar outros veículos. Até ontem, apenas dois convencionais haviam solicitado reserva em hotéis. Os governadores, naturalmente, costumam utilizá-los em suas passagens por Brasília.

CONVENCIONAIS

Até quinta-feira à tarde, a Secretaria-Geral do PMDB havia preparado um mapa indicando a existência de 724 convencionais e 885 votos, pois muitos são cumulativos. No início da noite, porém, em função de decisões da Justiça Eleitoral, surgiram mais dois convencionais no Amapá e dois no Maranhão, elevando o número de votantes para 728 e de votos para 889. O senador Fernando Henrique Cardoso, líder no Senado, é o único com direito a quatro votos, na condição de delegado, membro do Diretório Nacional, parlamentar e líder. Vinte e seis parlamentares, entre eles o senador Mário Covas, têm direito a três votos cada e numerosos peemedebistas a dois. A maioria tem apenas um voto.

Apesar das posições divergentes em relação à condução dos trabalhos da convenção, dirigentes e líderes partidários trabalham discretamente os convencionais em seu favor.

Mário Covas, por exemplo, sabidamente partidário da redução do mandato presidencial para quatro anos e de eleições diretas em novembro de 88, aparentemente não realiza esse tipo de cooptação. Mas alguns dos seus vice-líderes e aliados, como o deputado Euclides Scalco e Maurício Fruet, argumentam com veemência sobre a necessidade da convenção se manifestar sobre a questão, sob o risco de ficar desmoralizada pois afinal foi este o objetivo da sua convocação.

Já o governo não esconde o esquema de pressão sobre os convencionais, para deles extrair a definição da duração do mandato do presidente José Sarney, que cobra impositivamente cinco anos de permanência no poder. Nesse sentido, os governadores trabalham ostensivamente, alguns com evidente má vontade. Fernando Collor, de Alagoas, e Carlos Bezerra, do Mato Grosso, não aceitam a tese dos cinco anos. Ministros foram mobilizados para condicionar a liberação de verbas ao apoio ao presidente da República e a agência de empregos oficial, gerenciada pelo líder Carlos Sant'Anna, trabalhou como nunca.

TEMAS

Se for cumprido o edital de convocação, a partir de hoje os convencionais estarão discutindo, além das duas polêmicas questões, problemas referentes à reforma agrária, aos princípios gerais da ordem econômica, à definição de empresa nacional, à reserva de mercado, ao capital estrangeiro, ao ensino público e à situação urbana. Questionário preparado pelo gabinete do senador Mário Covas foi distribuído para orientar a votação desses temas, e, se não for atribuído à Constituinte a deliberação sobre o mandato e a forma de governo, os dois assuntos serão apreciados separadamente. Caberá ao plenário da convenção escolher se a votação será aberta ou secreta, mas a Executiva Nacional vai trabalhar no sentido de cobrir as deliberações com o manto do sigilo, certa de que a pressão oficial é mais forte do que a popular.

O deputado Maurício Fruet acha que, "como partido majoritário de apoio ao governo, não poderia continuar a oferecê-lo incondicionalmente sem que sua ação administrativa se compatibilize com o programa partidário." Para ele, a convenção é importante na medida em que esclarecerá as posições divergentes dos peemedebistas na Constituinte, "e que estão a causar perplexidade". Fruet admite que os governadores estão-se empenhando para adiar a decisão, mas ressalta que a convenção não deve consentir nisso, votando secretamente sua pauta de trabalhos. "Não haverá 'racha' algum por causa disso. E se houver é melhor que ocorra agora, pois haverá tempo para suas correntes políticas se aglutinarem de outra forma até o próximo ano, quando haverá eleições municipais."

DELEGADO

O delegado é uma figura importante na convenção, já que sempre representa um grupo de pensamento dentro do partido. Ele é escolhido depois de ampla discussão nas bases sobre as posições que serão defendidas no órgão dirigente máximo da agremiação. Sua indicação atravessa duas etapas, iniciando-se na convenção municipal que escolhe os delegados à convenção regional, que, por sua vez, elege os delegados à convenção nacional. Os atuais foram eleitos em janeiro de 86, para um mandato de dois anos.

Além dos delegados, integram a convenção nacional do partido os membros do diretório nacional e todos os deputados federais e senadores, que examinarão os temas específicos constantes do edital de convocação e também 114 moções encaminhadas à Secretaria-Geral do PMDB até meia-noite de quinta-feira. A mais polêmica de todas trata da questão econômica, encomendada pelo deputado Ulysses Guimarães aos economistas do partido para a uniformização de posições na convenção. Mas o esforço não deu resultado, pois o senador Severo Gomes e o deputado Maurício Fruet se anteciparam e encaminharam também um documento sobre o assunto.

Até agora, 114 moções para serem debatidas

A convenção nacional do PMDB vai votar amanhã, a partir das 9 horas, as 114 moções apresentadas à direção nacional, que serão agrupadas por temas para facilitar o processo de votação. As mais polêmicas foram examinadas pessoalmente pelo presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, e debatidas ontem em reunião do secretário-geral, deputado Milton Reis, e o presidente da comissão designada para dar parecer às propostas, senador Humberto Lucena, e o relator da comissão, senador Fernando Henrique Cardoso.

Entre elas, a que propõe que a definição do mandato do presidente Sarney seja transferida para a Constituinte, apresentada pelo governador Henrique Santillo, de Goiás. Esta proposta, contudo, terá que ser anexada às que tratam do mesmo tema: a do deputado João Cunha (SP), que defende quatro anos para o

mandato do presidente; Sarney; a do deputado Arnaldo Martins (RO), que propõe a realização de plebiscito, em setembro, para fixar a duração do mandato presidencial; e a do delegado mineiro Rodolfo Leite Oliveira, que sugere cinco anos para o presidente Sarney, na hipótese de manutenção do sistema presidencialista de governo, ou seis anos, caso a futura Constituinte estabeleça o parlamentarismo no País, entre outras.

A convenção terá que votar, ainda, dezenas de moções sobre reforma agrária. Uma delas foi apresentada em bloco pelo ministro Marcos Freire, os ex-ministros da Reforma Agrária, Dante de Oliveira e Nelson Ribeiro, além do presidente do Inbra, José Eduardo Raduan, e os ex-presidentes do órgão, Rubem Igenfritz e José Gomes da Silva. Eles defendem a imissão automática pela União na posse das terras desapropriadas para fins de reforma agrária.

O documento do PMDB acata Plano Bresser



Celso Furtado

O ministro Celso Furtado, da Cultura, confirmou ontem, em Viedma, ter redigido um documento a pedido do deputado Ulysses Guimarães sobre a síntese do programa econômico exigido pelo PMDB ao governo, e que será apresentado e debatido na convenção do partido, hoje e amanhã.

Celso Furtado garante que em seu texto não há nada que provoque um confronto ao plano de controle macroeconômico do ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira.

Ele explicou que o desejo do PMDB é a imediata estabilização econômica do País, para evitar a hiperinflação e o caos, seguida de uma política de retomada do crescimento, limitação de transferência de recursos ao Exterior e a elevação rápida dos salários reais de base. Furtado observou que o Plano Bresser quero leva ao FMI. "Pelo contrário, quero ver se o fundo aceita isso", arrematou.